



Ata da 25.^a Reunião de Câmara | Ordinária | Pública
16 de agosto de 2021, 16:00h
Maia, Paços do Concelho | Videoconferência

Ao décimo sexto dia do mês de agosto de 2021, pelas 16:00h, por videoconferência através da plataforma zoom, realizou-se a 25.^a reunião de Câmara, ordinária pública.

Presidiu à reunião a Senhora Vive-Presidente da Câmara Municipal, Marta Moreira de Sá Peneda

Secretariou a reunião a Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Marisa Neves

Estiveram presentes:

1. Vice-Presidente, Marta Moreira de Sá Peneda
2. Vereadora, Emília de Fátima Moreira dos Santos
3. Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
4. Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras
5. Vereadora, Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
6. José António Andrade Ferreira
7. Vereador, Jaime Manuel da Silva Pinho
8. Vereadora, Paula Cristina Romão Pereira

Esteve ausente o Senhor Presidente, António Domingos da Silva Tiago, por motivos devidamente justificados, e esteve presente em sua substituição, a Vice-Presidente, Marta Moreira de Sá Peneda

Esteve ausente o Senhor Vereador Mário Nuno de Sousa Neves, e esteve presente em sua substituição o Senhor Vereador José Ferreira da Silva Torres

Esteve ausente o Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho, e esteve presente em sua substituição o Senhor Vereador Fernando Manuel Moreira Barros.

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA
UNIDADE DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

PR. DO DOUTOR JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO 4470-202 MAIA
TEL. 229 408 600 · FAX 229 490 170 · presidencia@cm-maia.pt · www.cm-maia.pt



Esteve ainda presente, para apoio técnico à reunião: Marisa Neves, Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

A reunião teve início pelas 16:00h, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Período de Intervenção do Público

O Senhor Carlos Daniel Pinto interveio, referindo que tinha como objetivo tentar sensibilizar todos os presentes para um problema que afetava o Senhor Carlos Pinto em particular, mas que poderia afetar mais contribuintes. Referiu o Senhor Carlos Pinto que tinha uma casa na Travessa de Sá n.º 165, em Gemunde, a qual tinha um problema grave de inundações provenientes de águas pluviais. Tem tido numa fase inicial a ajuda da Junta de Freguesia, mas o problema tornou-se mais grave tendo inclusive uma observação dos SMAS (Serviços Municipalizados de Água e Saneamento), que até enviou em relatório para o Senhor Presidente, relativamente a esta problemática. Mais referiu o Senhor Carlos Pinto, que a tubagem que drenava esta água pluvial encontrava-se estragada, a água acabava por entrar no interior da casa, que se encontrava a um nível inferior à rua após uma construção, uma necessidade de subir o nível da estrada. O problema acontecia porque havia a montante um sistema que drenava água para a rua que ficava num sítio mais baixo, e a drenagem deste sistema construído era para dentro de um terreno privado, o qual a Junta de Freguesia ia limpando de forma cíclica, mas que não tinha sido capaz de resolver o problema. Inclusive o ano passado teve uma praga sanitária, um problema de mosquitos e que foi relativamente grave, tendo a necessidade de chamar a Proteção Civil. Referiu também o Senhor Carlos Pinto que este ano em particular foi feita uma remodelação em termos de águas pluviais da rua que infelizmente parou em frente à sua porta. O objetivo do Senhor Carlos Pinto era sensibilizar para que fosse possível a otimização do sistema de drenagens pluviais em frente à sua casa. O Senhor Carlos Pinto tinha inclusive, porque assim tinha sido pedido pela Junta de Freguesia, o apoio do terreno contíguo, para pudesse ser utilizado o seu espaço para uma drenagem mais eficaz do mesmo problema. Era uma situação que tinha inclusive danos próprios, danos de automóveis, culturas, e tem sido uma coisa que o tem consternado bastante, pedindo o Senhor Carlos Pinto o apoio da Câmara para

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA
UNIDADE DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

PR. DO DOUTOR JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO 4470-202 MAIA
TEL. 229 408 600 · FAX 229 490 170 · presidencia@cm-maia.pt · www.cm-maia.pt



agora que tinha exposto o problema a todo o executivo, o pudesse orientar. Acrescentou o Senhor Carlos Pinto que neste momento não sabia bem a quem pedir ajuda, porque tinha pedido à Junta de Freguesia que referenciou no sentido de falar com a Câmara Municipal.

A Senhora Vice-Presidente agradeceu a participação cívica do Senhor Carlos Daniel Pinto, e informou que procurou saber junto dos serviços o histórico desta situação, tendo conhecimento de que a junta de Freguesia já esteve no local, e que estava prevista uma intervenção em 40 metros de tubo que serão necessários, e que o vão procurar fazer o quanto antes. Esta é a resposta possível no imediato, sem prejuízo dos serviços responderem depois de forma mais completa e formalmente.

O Senhor Carlos Pinto agradeceu a resposta.

2. Período de Antes da Ordem do Dia

O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho interveio, referindo que o primeiro ponto da sua intervenção tinha a ver com o apoio da câmara municipal à economia. Conforme sabiam, as empresas deram os seus *inputs* até junho, a receção foi bem-feita, depois a análise foi feita após, e estavam à espera desde junho até à data que a Câmara Municipal desse a todos o *feedback*, o resumo daquilo que foi aprovado, e também o que tinha sido pago. Mais referiu o Senhor Vereador que a Câmara Municipal só podia pagar se a empresa tivesse a sua situação fiscal em ordem. Por aquilo que o Senhor Vereador soube foram pagos cento e vinte mil euros (120.000,00€), e este apoio era de um milhão e duzentos mil euros (1.200.000,00€), foi pago apenas um décimo, não tendo sido pago o restante, ou não havia resposta. Como esta questão já vinha desde junho, era necessário que houvesse essa resposta para verem o ponto em que estavam, e porque é que não havia este apoio, porque não era pago, e qual era a verba que estava alocada a esta questão. Referiu o Senhor Vereador, como o responsável por esta área não estava, que deixava a nota para que o Senhor Vereador responsável por esta questão, depois de regressar de férias, desse a resposta a esta questão, a não ser que houvessem técnicos que conseguissem dar a resposta a esta situação. O Senhor Vereador passou à segunda questão que tinha a ver com as atas fechadas, e conforme sabiam a Coligação "Um Novo Começo" tem vindo a fazer um esforço enorme para que as atas estejam em dia, em ordem, esse

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA
UNIDADE DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

PR. DO DOUTOR JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO 4470-202 MAIA
TEL. 229 408 600 · FAX 229 490 170 · presidencia@cm-maia.pt · www.cm-maia.pt



esforço tem sido feito ao longo do último ano. Mais referiu o Senhor Vereador que há cerca de um ano começaram com este esforço para que as atas correspondam de facto àquilo que se passava em sessão de Câmara. Acontece que algumas já estavam prontas há uns meses largos, há nove ou dez meses, mas até à data a Coligação "Um Novo Começo", não tem tido acesso a essas atas novas, ou seja, devidamente feitas e inteiras. Referiu o Senhor Vereador que eram cerca de quarenta atas em causa, e até aquele dia, o Senhor Vereador ainda não tinha visto nenhuma ata feita, exceto uma, não fazendo o Senhor vereador ideia em que ponto é que estavam. Referiu também o Senhor Vereador que havia um prazo, que tinha sido extinto, não tendo as atas em ordem, gostando o Senhor Vereador que as atas refletissem o que tinha acontecido nas sessões de Câmara para que mais tarde houvesse este suporte. Não percebia o Senhor Vereador qual era a questão, porque estava a demorar tanto tempo. Mas como estava presente a responsável das atas, podia dar a resposta. Mais referiu o Senhor Vereador que havia outra questão sobre as atas, e era a Dra. Alexandra que tinha a ata em causa, e era uma pessoa que também não estava presente. O Senhor Vereador aludiu à ata de 6/12/2018, tendo a ata final, que era pública e que todos podiam ver, tendo a ata em minuta, conforme sabiam, que era o normal, e depois a ata final. Acontece que a ata final não era a ata real, referindo o Senhor Vereador que tinha havido uma mudança da ata de 06/12/2018, do famoso caso TecMaia. Mais referiu o Senhor Vereador que essa ata final, feita pela Dra. Alexandra, foi usada numa ação, sabendo disso o Senhor Vereador há uns dias atrás, tendo isso sido visto por acaso, tendo sido chamada a Coligação "Um Novo Começo" para saber se aquela ata correspondia à verdade ou não, e já tinha sido feita a entrega da ata real, ou seja, da ata verdadeira. Acontece que o Senhor Vereador foi ao site da Câmara Municipal verificar, e a ata que estava no sistema era uma ata falsa.

A Senhora Vice-presidente Marta Moreira de Sá Peneda, interrompeu questionando o Senhor Vereador sobre se queria dizer uma ata falsa, ou uma versão diminuta da ata.

O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho respondeu que era a ata final, que estava assinada. Conforme tinha dito o Senhor Vereador foi usada para uma ação, tendo sido usada via Câmara, ou seja, a Câmara Municipal tinha sido notificada para dar a ata em causa, e a ata que foi entregue não foi a ata real. O Senhor Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA
UNIDADE DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

PR. DO DOUTOR JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO 4470-202 MAIA
TEL. 229 408 600 · FAX 229 490 170 · presidencia@cm-maia.pt · www.cm-maia.pt



por acaso soube disto e fez a entrega da ata verdadeira, não a que estava neste momento no site da Câmara Municipal. Se entrarem no site da Câmara Municipal na ata de 06/12/2018 dizia ata em minuta que era uma, e depois a ata final que era outra, referindo o Senhor vereador que a ata final que estava no site da Câmara Municipal era falsa. Era uma questão que para o Senhor Vereador era nova, porque nunca pensou o Senhor Vereador que fosse usada uma ata para uma ação, o que levava o Senhor Vereador a pôr em causa algumas questões. Gostava o Senhor Vereador de saber porque era que a ata estava assim, e quem era o responsável da ata, pelo que dizia na ata era a Dra. Alexandra que assinava a ata em causa. Solicitou o Senhor Vereador que a ata fosse imediatamente mudada para a ata certa, e que fosse mandada aos sítios onde tinha sido usada com as devidas desculpas da Câmara Municipal. Mais referiu o Senhor Vereador que esta questão com as atas era extremamente chata, aliás, era uma questão em que já andavam nisto há um ano e tal, sendo uma perda de tempo grande. O Senhor Vereador colocou uma nova questão, em que na última Assembleia Municipal tinha sido colocada uma questão ou duas, mas conforme sabiam, os Senhores Vereadores tinham assento, mas não podiam usar a palavra exceto em casos de força maior, conforme dizia a Lei, e como tal, o Senhor Vereador não pode dizer ali algo sobre o tema, que tinha a ver com uma suposta venda, e dizia o Senhor Vereador "suposta" porque não sabia se de facto tinha acontecido ou não, mas o que disseram ao Senhor Vereador era que de facto tinha acontecido, e que pelo vistos estava com documentos que suportavam essa venda, da Quinta que se situa por detrás do Hotel Premium. Referiu o Senhor Vereador que o Fundo do qual a Câmara Municipal era dona, tinha feito a venda desse imóvel. Referiu também o Senhor Vereador que em sessão de Câmara e de Assembleia Municipal esse imóvel tinha sido dado para um fim em causa até ao ano de 2060, e que era para a Fundação da Maia e que também tinha o nome do seu Pai. Acontece que a Câmara Municipal fez essa sessão, depois em sessão de Assembleia Municipal foi aprovado o mesmo, e o que o Senhor Vereador sabia era que tinha sido feita a venda. O Senhor Vereador gostava de saber que documentos existiam para que a Câmara Municipal ou Assembleia Municipal tenham dado ordem inversa àquela que deram em 1999 e 2001, altura em que ficou decidido. Questionou o Senhor Vereador onde estavam esses tais documentos em que a Câmara Municipal e a Assembleia

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA
UNIDADE DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

PR. DO DOUTOR JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO 4470-202 MAIA
TEL. 229 408 600 · FAX 229 490 170 · presidencia@cm-maia.pt · www.cm-maia.pt



Municipal anulam esse fim em causa, anulando assim a Fundação em causa ou o espaço para o Fundação. Mencionou o Senhor Vereador que tinha ouvido isto, conforme todos aqueles que foram à última sessão da Assembleia Municipal ouviram, para o Senhor vereador foi um facto que não estava à espera, nem via o Senhor Vereador como fosse possível tal feito. Deu nota o Senhor Vereador que a pessoa que tinha dito isto não estava presente, não sabendo se alguém conseguia dar a resposta a esta questão. O Senhor Vereador solicitou que ficasse em ata para que houvesse resposta quer da parte técnica, e em termos políticos também, mas o que o Senhor Vereador gostava de ter era os documentos em que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal anulam a decisão tomada há vinte anos atrás. Mais referiu o Senhor Vereador que sabia que era uma questão chata por ser o Senhor Vereador a colocar essa questão, mas face ao que tinha acontecido na sessão prévia, conforme tinha dito, também achou o Senhor Vereador ser ali o momento certo para colocar a questão, querendo o Senhor Vereador apenas e só saber o que existia e a vontade da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, e se entenderam que a Fundação não fazia sentido, que se assumia essa questão. Mais referiu o Senhor Vereador que estava ali enquanto membro da Câmara Municipal e não como filho, não trazendo ali a questão do filho, mas como membro da Câmara Municipal, e se existia essa doação para esse fim e nessa sessão foi mudada, e foi vendido o imóvel com esse ónus, devia haver, em principio, algo que sustentasse esse mesmo ónus, neste caso, que anula, para que a venda seja feita. Não sabia o Senhor Vereador se a venda tinha sido mesmo feita, mas disseram ao Senhor Vereador que a venda tinha sido feita, e mostraram papeis que atestavam a venda. Referiu também o Senhor Vereador que à Câmara não tinha ido essa venda, não fazendo o Senhor Vereador ideia se foi vendido ou não, e que isso era uma outra questão, mas se foi vendida, com que documentos é que foi vendida, e se a Câmara Municipal tinha anulado a cedência e quando, sendo esta a dúvida que o Senhor Vereador gostava de colocar.

O Senhor Vereador Jaime Manuel da Silva Pinho interveio, referindo que na passada reunião, o Senhor Vereador fez chegar ao Senhor Presidente alguns requerimentos, que em termos legais já tinha terminado o prazo de resposta e até ao momento o Senhor Vereador não tinha recebido qualquer resposta. O Senhor Vereador referiu

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA
UNIDADE DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

PR. DO DOUTOR JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO 4470-202 MAIA
TEL. 229 408 600 · FAX 229 490 170 · presidencia@cm-maia.pt · www.cm-maia.pt



que estava só a dar conta da situação porque efetivamente, se não fizerem chegar imediatamente as respostas aos requerimentos efetuados, teria o Senhor Vereador de seguir o caminho legal para obter as respostas. Mencionou o Senhor Vereador que este era o primeiro assunto, e para que ficasse claro, estava o Senhor Vereador a reportar-se aos requerimentos que foram entregues na última reunião, mas poderia reportar-se a tantos outros que nunca chegaram a ter resposta. O segundo assunto que o Senhor Vereador abordou tinha a ver com questões de planeamento e de trânsito, concretamente numa intervenção que estava a ser feita no Largo Soutinho de Maio e Rua de Vilarinho de Baixo, e relativamente a essa intervenção ficou o Senhor Vereador muito curioso, até um pouco perplexo por verificar que era dado como obrigatório aos condutores que tenham que efetuar o estacionamento de marcha atrás. O Senhor Vereador confessou a sua ignorância sobre regras de trânsito, desconhecendo que tal sinal existisse. Inclusivamente, não via o Senhor Vereador que traga nenhuma vantagem, que as pessoas para estacionarem tivessem que se posicionar na faixa de rodagem e bloquear o trânsito. O Senhor Vereador gostava de ter alguns esclarecimentos sobre isso. Colocaram sinais de stop dos dois lados da saída do Largo de Soutinho de Maio que antes não existiam, e que veio alterar a forma de abordar o trânsito nesse local. Normalmente quando isto acontecia e as pessoas não estavam habituadas, o que tinham logo em primeiro eram acidentes, até porque passava a ser dada prioridade à Rua Eng.º Frederico Ulrich, que era uma rua sem saída, estando fechada pela antiga passagem de nível, que deixou de ser passagem de nível, passando a ser acesso vedado sobre a linha do metro. O Senhor Vereador acha importante verem bem as coisas, porque ultimamente o Senhor Vereador tem visto algumas bizarras em termos de sinalização de trânsito que confundiria qualquer Munícipe. Para finalizar, o Senhor Vereador falou sobre a prevenção dos riscos de corrupção. Referiu o Senhor Vereador que há duas ou três reuniões atrás o Senhor Presidente tinha feito inclusivamente o favor de chamar o Senhor Arquiteto Francisco Cunha para prestar esclarecimentos que tinham a ver com os prazos, e com a definição de prazos dos Múncipes sempre que requeriam qualquer resposta à Câmara Municipal. Na altura foi dito ao Senhor Vereador que a Câmara cumpria escrupulosamente todos os prazos e que não havia processos atrasados. O Senhor Vereador relativamente a esta questão dos prazos dos processos

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA
UNIDADE DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

PR. DO DOUTOR JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO 4470-202 MAIA
TEL. 229 408 600 · FAX 229 490 170 · presidencia@cm-maia.pt · www.cm-maia.pt



de licenciamento, que tinham efetivamente um peso muito grande na prevenção da corrupção do Município, gostaria o Senhor Vereador de saber, se havia alguma forma dos Múncipes que entravam ou requeriam qualquer tipo de licenciamento de poderem acompanhar *on line* os seus requerimentos e saberem qual era o posicionamento. Gostava também o Senhor Vereador de saber, tendo inclusivamente o Senhor Vereador conhecimento na sua zona de residência de pedidos de Múncipes que já tinham mais de um ano, e que nem sequer conseguiam aceder via telefone às pessoas responsáveis dentro do Departamento sobre esses processos de licenciamento. Deu nota o Senhor Vereador que era um assunto muito sério, que tinha efetivamente a ver com tudo aquilo que a Câmara tem feito em prol do processo de prevenção de risco de corrupção muito fiável, e o Senhor Vereador além de ter muitas dúvidas sobre isso, gostava de saber com rigor, se havia prazos determinados, se os Múncipes eram informados desses prazos, e se os Múncipes tinham acesso *on line* a cada um dos passos que eram dados nesses licenciamentos.

A Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras interveio, referindo que há cerca de um ano, houve um protocolo assinado entre Câmara Municipal e o Ministério da Administração Interna, para a construção da nova esquadra da PSP (Polícia de Segurança Pública), num terreno que foi identificado para esse efeito e que ficava perto do Bairro do Sobreiro. A razão da intervenção da Senhora Vereadora prende-se com o facto de que normalmente nestes protocolos as Câmaras Municipais faziam uns projetos e, depois a construção, umas vezes era pelos Municípios, outras vezes era lançada diretamente pela secretaria geral do MAI (Ministério da Administração Interna). Mais referiu a Senhora Vereadora que não se recordava do projeto de arquitetura, o projeto de especialidades, ter ido a reunião de Câmara. A Senhora Vereadora questionou qual era o ponto de situação, se tinha sido a Câmara Municipal da Maia que ficou com essa responsabilidade no protocolo que foi assinado, e se assim foi, se já foi lançado o processo concursal para o projeto de arquitetura e especialidades, ou se pelo contrário, quem estava a desenvolver isto diretamente era a secretária geral do MAI (Ministério da Administração Interna), e por essa razão é que nunca mais ouviram falar no assunto

A Senhora Vice-Presidente interveio, na tentativa de dar resposta a todas as questões

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA
UNIDADE DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

PR. DO DOUTOR JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO 4470-202 MAIA
TEL. 229 408 600 · FAX 229 490 170 · presidencia@cm-maia.pt · www.cm-maia.pt



colocadas durante o período de antes da ordem do dia e:

Relativamente à questão colocada sobre a economia local, e uma vez que o Senhor Vereador Paulo Ramalho, com competência direta na matéria, não estava presente, independentemente de já ter sido solicitado esse ponto da situação, a Senhora Vice-Presidente comprometeu-se a pedir a informação por escrito aos competentes serviços, por forma a esclarecer o Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho. Mais acrescentou a Senhora Vice-Presidente que era normal que um assunto desta complexidade, comportasse uma tramitação própria, sujeita a uma série de burocracias inerentes, recordando que, que ainda na semana passada e já na ausência do Senhor Presidente da Câmara, a Senhora Vice-Presidente assinou documentação relacionada com esse assunto, antevendo a breve trecho a novidades sobre esta matéria. De qualquer forma, e não sendo uma área direta da responsabilidade da Senhora Vice-Presidente, ia solicitar o ponto de situação ao Senhor Vereador responsável.

No que dizia respeito às atas, e na parte em que o Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho referia as atas integrais e as quarenta atas em falta, a Senhora Vice-Presidente informou que o que lhe havia sido transmitido pela Senhora Chefe de Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Dra. Marisa Neves, era que esse pedido já se encontrava a ser respondido, estando em fase de conclusão, razão pela qual se antevia que no decurso da próxima semana já existisse resposta a tudo.

Quanto à questão da falsidade ali levantada, a Senhora Vice-Presidente, alegando a confiança e o grande respeito que tinha pelos funcionários da Câmara Municipal e seus dirigentes, interveio dizendo que palavra "falsa" era demasiado forte e pouco adequada. Mais referiu a Senhora Vice-Presidente que o que poderia existir, e desconhecendo totalmente o assunto, poderia ser alguma desconformidade, assegurando que cá estariam para a esclarecer. A Senhora Vice-Presidente deu nota que achava por bem o Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho evitar palavras dessa natureza, sob pena de colocar em causa a idoneidade do órgão e o profissionalismo e desempenho dos funcionários da Câmara Municipal, que merecem o maior respeito. A Senhora Vice-Presidente solicitou ainda à Chefe de

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA
UNIDADE DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

PR. DO DOUTOR JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO 4470-202 MAIA
TEL. 229 408 600 · FAX 229 490 170 · presidencia@cm-maia.pt · www.cm-maia.pt



Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos Dra. Marisa Neves, para aferir alguma desconformidade que pudesse existir na ata de 06/12/2018, para que possa ser esclarecida cabalmente esta situação, porque nem o Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho nem ninguém, quer que existam desconformidades, muito menos com a relevância que lhe querem dar. Acrescentou a Senhora Vice-Presidente que não sabia sequer se existia alguma desconformidade, mas que a existir, iriam então verificar o que tinha falhado e tentar apurar do sucedido. Relativamente ao último pedido de esclarecimento do Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho, a Senhora Vice-Presidente referiu que tinha assistido à última sessão da Assembleia Municipal, e que presumia que o Senhor Vereador se estava a referir a uma explicação dada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre esta matéria. Mais referiu a Senhora Vice-Presidente que lhe pareceu que o Senhor Presidente da Câmara foi muito explícito na forma como explicou todo o processo à Assembleia, mas que, subsistindo dúvidas, e sendo solicitados os documentos que o Senhor Vereador pedia, ficava desde já em ata a solicitação desses documentos, e que os serviços providenciariam desde logo resposta à questão do Senhor Vereador.

Quanto às questões colocadas pelo Senhor Vereador Jaime Pinho, a Senhora Vice-Presidente referiu, designadamente quanto aos requerimentos solicitados, conforme o Senhor Vereador Jaime Pinho sabia, existia o prazo previsto na Lei e depois existia o bom senso e as condições inerentes, e, que, de facto, atualmente, não se viviam as melhores circunstâncias, e como sabiam, esta situação pandémica, obrigou a uma grande alteração no que dizia respeito à organização do trabalho e adaptação de todos os trabalhadores, pelo que era natural que houvesse alguns telefonemas que não fossem atendidos com a prontidão imediata. A Senhora Vice-Presidente disse que havia sempre a nomeação de um gestor para cada um dos processos, e tanto quanto lhe tem sido reportado, independentemente de pudermos haver alguns atrasos, admitindo a Senhora Vive-Presidente que pudessem existir, as comunicações têm sido feitas por e-mail com a gestora do competente processo. No que dizia respeito aos pedidos de licenciamento e da possibilidade de os Municípes poderem acompanhar toda a tramitação do processo, referiu a Senhora Vice-Presidente que ainda não havia uma forma de acompanhamento *on line*, à semelhança do que



acontece nos registos postais, mas que esse acompanhamento poderia ser feito através da figura do gestor do processo.

Relativamente à questão colocada sobre a sinalética e o planeamento de trânsito, a senhora Vice-Presidente disse desconhecer essa sinalética, não querendo avançar com algum tipo de razão que a justifique, lembrando que, recentemente, por motivos de segurança, no estacionamento do Edifício da Torre do Lidador, foi emitida uma recomendação para que todos os carros estacionassem de marcha atrás, para efeitos de uma evacuação mais imediata, em caso de emergência. A Senhora Vice-Presidente comprometeu-se a averiguar junto dos competentes serviços a razão e motivos da colocação das placas para poder informar o Senhor Vereador Jaime Pinho.

Relativamente à questão colocada pela Senhora Vereadora Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, a Senhora Vice-Presidente referiu que achava que já tinha ido à Câmara uma alteração sobre a elaboração do projeto, exatamente na lógica que a Senhora Vereadora Sandra Lameiras tinha referido, ou seja, a Câmara Municipal é que ficaria responsável pela elaboração do projeto e lançamento de empreitada, competindo ao Ministério da Administração Interna o pagamento das obras. Não sendo uma área diretamente da responsabilidade da Senhora Vice-Presidente iria solicitar aos serviços essa informação, e se existiu, quando é que tinha ido à Câmara, se não existiu, qual seria a estratégia a adotar nesse sentido.

3. Aprovação da ata da 20.ª reunião ordinária pública de 21 de junho de 2021

Submetida a discussão e votação foi a ata aprovada por unanimidade. Não participaram na votação: Cristina Alves Correia, José Ferreira da Silva Torres e Fernando Manuel Moreira Barros por não se encontrarem presentes na reunião a que a ata diz respeito. O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho enviará retificações de pormenor ao ponto 2.

4. Aprovação da ata da 21.ª reunião ordinária de 05 de julho de 2021

O Senhor Vereador Jaime Manuel da Silva Pinho interveio, referindo que na ata em apreço tinham um ponto que era o ponto 40, regulamento de apoio ao movimento associativo e projetos desportivos, que era aprovado por unanimidade com uma

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA
UNIDADE DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

PR. DO DOUTOR JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO 4470-202 MAIA
TEL. 229 408 600 · FAX 229 490 170 · presidencia@cm-maia.pt · www.cm-maia.pt



condição, a retificação a proposta no seguimento dos esclarecimentos prestados pelo Chefe de Divisão. Mais referiu o Senhor Vereador que votaram favoravelmente no pressuposto de que seria anexado ao regulamento a discriminação da pontuação por cada item do regulamento, para que, conforme o Senhor Presidente fez questão de dizer e de concordar que não queria zonas cinzentas no respetivo regulamento, e era muito importante que esta situação fosse clarificada. A verdade é que já tinha passado imenso tempo, tendo o Senhor Vereador na última reunião feito menção a este assunto, e continuavam sem ter o tal atlas de classificação e pontuação para cada um dos itens deste regulamento. Mais referiu o Senhor vereador que não se sentia à vontade para votar favoravelmente esta ata, quando naquele ponto não estavam satisfeitos os pressupostos que levaram a votação do ponto 40. Gostava de ter o Senhor Vereador uma palavra da Senhora Presidente em exercício porque era muito importante, porque tinha a ver com transparência.

A Senhora Vereadora Paula Cristina Romão Pereira interveio, referindo que subscrevia na integra o que tinha dito o Senhor Vereador Jaime Pinho, e que também não aprovava a ata no caso de a retificação não estar concluída. Mais referiu a Senhora Vereadora que essa tinha sido uma condição, e não estando essa condição cumprida, naturalmente não podiam aprovar, juntando-se assim a Senhora Vereadora à questão do Senhor Vereador Jaime Pinho.

Submetida a discussão e votação a ata, por proposta da Senhora Vice-Presidente, foi deliberado, por unanimidade, adiar a votação do ponto.

5. Atribuição de subsídio à Cruz Vermelha Portuguesa para comparticipar a realização de obras na empreitada de construção da Unidade de Cuidados Integrados – UCCI, na freguesia de Águas Santas, no valor de 250.000,00€

Proposta n.º 30 531/21, subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vereadora do pelouro da Saúde, Emília de Fátima Moreira dos Santos.

Submetida a discussão e votação foi a proposta de atribuição de uma comparticipação financeira à Cruz Vermelha Portuguesa, no valor de 250.000,00€ (duzentos e cinquenta mil euros), aprovada por unanimidade.



6. MDPT – MCD 2021: Taça Internacional Maia Jovem, a realizar no Complexo Municipal de Ténis da Maia, entre os dias 11 a 19 de setembro – aprovação da tabela de preços

Proposta n.º 33 359/21, subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago

Submetida a discussão e votação foi a proposta, aprovada por unanimidade.

7. Correção Material ao Plano Diretor Municipal da Maia, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 122, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio que aprova o novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT)

Proposta n.º 29 609/21, subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago

Submetida a discussão e votação foi a proposta de correção material ao PDM da Maia em vigor, conforme Planta de Ordenamento – Qualificação Funcional do Solo (Quadrante D) que se anexa e faz parte integrante da presente proposta, bem como, nos termos do disposto no RJIGT, seja dado conhecimento à Assembleia Municipal e à CCDRN – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, após o qual será enviada para publicação e depósito, aprovada por unanimidade.

Apresentação à Assembleia Municipal para os efeitos previstos no n.º 2 do art.º 122, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprova o novo Regime Jurídico dos instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT)

8. Protocolo de transferência de gestão e fruição de espaços entre a Metro do Porto, S.A. e a Câmara Municipal da Maia – infraestruturas da antiga Estação Ferroviária de Crestins, freguesia de Moreira, Concelho da Maia e contrato de comodato entre o Município da Maia e a Associação “Testemunhar é Ajudar” – Núcleo de apoio ao Centro da Mama do CHUSJ”

Proposta n.º 34 100/21, subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vereadora do pelouro da Educação, Ciência e Saúde, Emília de Fátima Moreira dos Santos.



Submetida a discussão e votação foi a proposta e conseqüentemente proceder à celebração: a) Protocolo de Transferência de Gestão e Fruição antiga Estação de Crestins, (antiga estação da REFER/CP) localizada na Freguesia de Moreira, Concelho da Maia, a celebrar entre a Metro do Porto, S.A. e o Município da Maia; b) contrato de comodato a celebrar entre este Município da Maia e a Associação "Testemunha é Ajudar – Núcleo de Apoio ao Centro da Mama do CHUSJ", aprovada por unanimidade.

9. Transferência de competências para os Municípios no domínio da Cultura

Proposta n.º 31 242/21, subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pelo Senhor Vereador do pelouro da Cultura, Mário Nuno Alves de Sousa Neves

Submetida a discussão e votação foi a proposta, aprovada por unanimidade.

Apresentação à Assembleia Municipal para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual.

10. Contamima – Festival de contos da Maia

Proposta n.º 32 666/21, subscrita pelo Senhor Vereador do Pelouro da Cultura, Mário Nuno Alves de Sousa Neves

Submetida a discussão e votação foi a proposta, aprovada por unanimidade.

11. Pedido de retificação da proposta de realização da Bienal de Arte Contemporânea da Maia 2021

Informação n.º 33 662/21, elaborada pela Divisão da Cultura

Submetida a discussão e votação foi a retificação da proposta de realização da Bienal de Arte Contemporânea da Maia 2021, sob o registo no 2805 e Nipg 2808 de 21 de janeiro de 2021, e cuja aprovação consta da reunião de Câmara de 01 de março, uma vez que, estando previsto na verba total o valor de 2.500€ para a constituição de um fundo de manuseio adstrito e este evento, inadvertidamente não foi discriminado o valor do mesmo, pelo que se solicita uma retificação à proposta, aprovada por unanimidade.



12. Pedido de isenção de taxas para utilização da Piscina Municipal da Quinta da Gruta, pela Associação Criança Diferente/Associação de Amigos – IPSS

Informação n.º 27 545/21, emanada da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira

Submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas, aprovado por unanimidade.

13. Aprovação da ata n.º 1 do ano de 2021, relativa à reunião de comissão de toponímia deste Município

Proposta n.º 33 963/21, subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago

O Senhor Vereador Jaime Manuel da Silva Pinho interveio, referindo que a questão da toponímia merecia sempre muita atenção, também tendo o Senhor Vereador feito parte desta comissão de toponímia, e era uma pessoa que valorizava, e as pessoas de uma forma genérica valorizavam que fossem atribuídos nomes de pessoas a ruas, mas de pessoas que efetivamente tenham feito alguma coisa pela comunidade onde iam ser colocados os nomes das ruas, e já por ali tinham aparecido algumas bizarrias. Saltava à vista do Senhor Vereador que a Junta de Freguesia do Castelo da Maia proponha três nomes e que a comissão de toponímia rejeitava os três nomes, e proponha outro nome. Mais referiu o Senhor Vereador que na verdade o nome proposto também podia ser consensual, não merecendo da parte do Senhor Vereador nenhuma crítica. Queria aproveitar o Senhor Vereador, porque provavelmente seria a última vez que falava sobre toponímia em sede de Câmara Municipal, pedindo que ficasse uma recomendação a esta comissão, que realmente fossem muito rigorosos e muito sérios nas propostas e nos nomes que votavam e que aprovavam para virem a ser nomes de ruas por cada uma das Freguesias. Referiu o Senhor Vereador que os nomes das ruas tinham que dizer alguma coisa às pessoas dessa Freguesia, não era aparecer ali nomes e propostas como via o Senhor Vereador ali uma que dizia que tinha sido alguém que proporcionou emprego a muitos Castelenses, e estavam a falar da mesma situação de alguém que proporcionou desemprego a centenas de pessoas. Deu nota o Senhor Vereador que tinha que



haver alguém critério e algum rigor, porque era fazer a história de uma localidade. O Senhor Vereador referiu que era só este reparo e esta proposta de cuidado que gostava de recomendar, e gostava o Senhor Vereador que ficasse em ata para que no futuro as coisas funcionassem de uma forma mais séria, relativamente a este aspeto importante da nossa história.

A Senhora Vice-Presidente interveio, chamando a atenção para a existência da comissão municipal de toponímia, sendo que quando o Senhor Vereador fala em falta de rigor e seriedade, era tudo muito subjetivo, e os critérios inerentes às escolhas dos nomes também entravam no domínio da subjetividade. Mais referiu a Senhora Vice-Presidente que se calhar do ponto de vista do Senhor Vereador não era o nome mais acertado, mas haveria um critério inerente àquela proposta. Deu nota a Senhora Vice-Presidente que o reparo estava feito e vincado em ata.

O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho interveio, referindo que entendia que a Câmara Municipal também deveria ser ouvida, era uma achega que o Senhor Vereador dava, porque de facto as Juntas de Freguesia em alguns casos propunham nomes, ou propunham hipóteses de nomes que quanto ao Senhor Vereador saiam um bocadinho fora daquilo que era a norma neste tipo de casos, e conforme o Senhor Vereador Jaime Pinho tinha referido era necessário ver caso a caso, e as Juntas de Freguesia também deveriam ter uma força ativa, porque as Juntas de Freguesia é que sabiam bem quem eram as pessoas da zona, e aquelas pessoas que gostavam que tivessem aquela homenagem. Mais referiu que era uma forma que a Maia tinha de homenagear as pessoas em causa e as pessoas que fizeram coisas pela terra. Acha o Senhor Vereador que é preciso ter cautela com os nomes. Lembrou que o Senhor Vereador qua a Junta de Freguesia da Cidade da Maia propôs uns nomes, a comissão achou que não, entretanto voltou atrás e agora teria um novo desenho, e bem, porque estavam a falar em ruas, que hoje eram ruas curtas, mas passados uns anos podiam ser grandes. Mais referiu o Senhor Vereador que este género de situações, e por isso achava que a Câmara Municipal devia ter uma força mais ativa, para ver não só a rua de hoje, mas o que ia acontecer àquela via passados uns anos. Se aquela via era uma via curta e acabava ali, era um caso, se fosse uma rua que eventualmente ia ser enorme, aí se calhar tinham que pensar melhor em relação



aos nomes. Sabia o Senhor Vereador que as Juntas de Freguesia tinham sempre um conceito de ver esta questão mais próxima, e a Câmara Municipal tinha que ver num aspeto mais lato e pensar um bocado em torno da Maia, e não num sítio em causa, porque quase sempre estes nomes tinham a ver com o sítio em causa. O Senhor Vereador estava ali a ver que no sítio X, e tentava-se que o nome fosse ao encontro do sítio em causa, quando não se estava a ver a Maia num todo. Acrescentou o Senhor Vereador que era uma achega para que a Câmara Municipal tivesse uma intervenção mais forte e ativa para que pudesse fazer a gestão entre as Juntas de Freguesia e a Comissão, porque uns pensavam de uma forma e outros de outra forma, e a Câmara Municipal devia ser um bocado árbitro, para o bom sentido, e tentar que as coisas tivessem nexos.

O Senhor Vereador Jaime Manuel da Silva Pinho interveio, prestando um esclarecimento que tinha a ver com o Português, quando o Senhor Vereador disse seriedade não era no sentido de desonestidade, era no sentido de levar a sério, porque parecia uma coisa com menos importância, mas não era, era a história do nosso Concelho.

Submetida a discussão e votação foi a proposta e em consequência aprova os topónimos relativos às freguesias constantes da ata em referência, aprovado por unanimidade.

14. Empreitada de "reformulação do pavilhão de ginástica, integrado na zona desportiva central do Município em Vermoim, na freguesia da Cidade da Maia" (Norte-03-1203-FEDER-000435)

Proposta de decisão sobre pedidos de esclarecimentos e as listas de erros e omissões e prorrogação de prazo

Informação n.º 21 519/21, elaborada pela Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento

Submetida a discussão e votação foi a proposta de decisão sobre os pedidos dos esclarecimentos e as listas de erros e omissões e prorrogação de prazo, aprovada por unanimidade.



15. Empreitada de "Arruamento de ligação da Avenida Dr. José Vieira de Carvalho à Rua Cruz das Guardadeiras e à Rua de santo Lenho, na Freguesia de Moreira"

Proposta de decisão sobre pedidos de esclarecimentos e as listas de erros e omissões.

Informação n.º 19 740/21, elaborada pela Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento

Submetida a discussão e votação foi a proposta de decisão sobre os pedidos dos esclarecimentos e as listas de erros e omissões, aprovada por unanimidade.

16. Empreitada de "Remoção de fibrocimento em edifícios escolares (Norte 2020-73-2020-24): Estabelecimento de Educação Pré-Escolar – Freguesia de Moreira, Estabelecimento de Educação Pré-Escolar – Freguesia de Nogueira e Silva Escura, Estabelecimento de Educação Pré-Escolar – Freguesia de S. Pedro Fins, Estabelecimento de Educação Pré-Escolar – Freguesia do Castelo da Maia e Escola Básica do Castelo da Maia

Proposta de adjudicação e aprovação da minuta de contrato

Informação n.º 43 881/21, elaborada pela Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento

A Senhora Vereadora Paula Cristina Romão Pereira interveio, referindo que naturalmente se congratulavam pelo facto de finalmente serem removidas as telhas de fibrocimento das escolas, que já vinha tarde, que deveria ter acontecido há muitos anos, mas a questão era a oportunidade e o momento em que aparentemente as escolas iam ser intervencionadas, uma vez que iam começar as aulas em setembro, entretanto metia-se também um período de inverno. A questão da Coligação "Um Novo Começo" prendia-se com *timing* dessa intervenção, quando as obras iam começar, quanto tempo iam demorar, e o impacto que as obras poderiam vir a ter no início das aulas se fosse esse o caso.

A Senhora Vereadora Emília de Fátima Moreira dos santos interveio, referindo que este era um processo que estava a correr termos há algum tempo, e que



efetivamente já devia estar fechado, até porque carecia de um conjunto de entidades que tinham que acompanhar a remoção do fibrocimento

A Câmara Municipal mais deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta as deliberações tomadas, para efeitos de execução imediata.

Pelas 17:51h a Senhora Vice-presidente da Câmara encerrou a reunião, da qual se lavra a presente ata, que é constituída por 19 (dezanove) páginas e respetivos anexos.

A Vice-Presidente da Câmara Municipal da Maia



Marta Moreira de Sá Peneda

A Secretária da Reunião



Marisa Neves

Maia e Paços do Concelho, 16 de agosto de 2021